



## CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº 1002/2025

### CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – PPGDIR/UFES.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - MPES, com sede na Rua Procurador Antônio Benedicto Amancio Pereira, n.º 121, Praia de Santa Helena, Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, CEP 29.055-036, inscrito no CNPJ sob o n.º 02.304.470/0001-74, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça FRANCISCO MARTÍNEZ BERDEAL, e a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES, com sede na Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória/ES, inscrita no CNPJ sob o nº 32.479.123/0001-43, neste ato representada pelo seu Reitor EUSTÁQUIO VINÍCIUS RIBEIRO DE CASTRO e, por meio do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – PPGDIR/UFES, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA, conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA** tem como objeto a cooperação mútua técnico-didática em relação a ações educacionais de interesse comum, bem como o estabelecimento de mecanismos para sua realização, entre o Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES e o Programa de Pós-Graduação em Direito Processual da Universidade Federal do Espírito Santo – PPGDIR/UFES.

1.2 O presente CONVÊNIO foi aprovado conforme Plano de Trabalho Sem Repasse de Verbas (ANEXO I), que contém os parâmetros objetivos para caracterizar o cumprimento do objeto, e prevê a descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados.

1.3 Na cooperação incluem-se a possibilidade de compartilhamento de ações educacionais em parceria, em áreas de interesse comum, **nas modalidades presencial e a distância.**

1.4 Nas ações educacionais descritas nos itens acima, poderão ser disponibilizadas vagas aos cooperados, de acordo com a disponibilidade dos organizadores.

1.5 As ações educacionais compartilhadas terão seus resultados (número de participantes/capacitados) também compartilhados entre



as partes.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

2.1 Para execução das atividades previstas neste convênio, os signatários subministrarão seus próprios recursos humanos, materiais e financeiros.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADMINISTRAÇÃO DO CONVÊNIO**

3.1 O presente convênio será administrado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), unidade integrante da estrutura organizacional do **MPES**.

3.2- O CEAF administrará o presente Convênio de Cooperação Mútua, nos termos do item anterior, supervisionando e gerenciando sua execução, bem como propondo a solução das questões técnico administrativas que eventualmente venham ocorrer durante sua vigência.

## **CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

4.1 O presente convênio não importará em qualquer repasse financeiro entre os convenientes, devendo cada um arcar com os custos advindos das obrigações assumidas.

## **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

5.1 O presente Convênio de Cooperação Mútua terá vigência de 5 (cinco) anos, contados a partir do dia subsequente à publicação do seu extrato no Diário Oficial MPES - DIMPES, podendo ser renovado se houver manifesto interesse das partes, nos termos do artigo 94, da Lei Federal nº 14.133/21.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO**

6.1 O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes envolvidas mediante comunicação expressa, rescindindo por mútuo acordo entre as partes ou se houver o inadimplemento de qualquer das cláusulas aqui pactuadas, mediante notificação formal à outra parte, com antecedência de 30 (trinta) dias, respeitadas as obrigações assumidas com terceiros e saldados os compromissos financeiros decorrentes. O presente Convênio de Cooperação Mútua poderá também ser rescindido por superveniência de norma legal ou administrativa que o torne inexecutável.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO**

**Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ**

Rua Procurador Antônio Benedicto Amancio Pereira, nº 121, Santa Helena - Vitória -  
ES - CEP: 29055-036 – Tel.: 27.3194.4500 – www.mpes.mp.br

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO**

7.1- Fica eleito o foro da Justiça Federal, da Capital do Estado do Espírito Santo para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente CONVÊNIO. E, por estarem assim justos e acordados, leram e conferiram o presente instrumento, que afirmam em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, e na presença das testemunhas abaixo.

Vitória, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**FRANCISCO MARTÍNEZ BERDEAL**  
**Procurador-Geral de Justiça do MPES**

**EUSTÁQUIO VINÍCIUS RIBEIRO DE CASTRO**  
**Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Diretoria de Projetos Institucionais

PLANO DE TRABALHO (SEM REPASSE DE RECURSOS)

1 – DADOS CADASTRAIS DA UFES

<b>Denominação</b> UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO			<b>CNPJ</b> 32.479.123/0001-43	
<b>Endereço</b> AV. FERNANDO FERRARI, 514 – CAMPUS UNIVERSITÁRIO - GOIABEIRAS				
<b>Cidade</b> VITÓRIA	<b>UF</b> ES	<b>CEP</b> 29060-900	<b>DDD/Telefone</b> (27) 3335-2222	<b>e-mail</b> reitor@ufes.br
<b>Responsável Institucional pela Assinatura do Convênio</b> Eustaquio Vinícius Ribeiro de Castro				
<b>Matrícula SIAPE</b> 1172693			<b>Cargo/Função</b> Reitor da Ufes	
<b>Coordenador do Instrumento no âmbito da UFES</b> Claudio Iannotti da Rocha				
<b>Cargo/Função</b> Coordenador do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Direito Processual (PPGDIR)			<b>Setor de Trabalho</b>	
<b>Matrícula SIAPE</b>			<b>E-mail</b>	

2 – DADOS CADASTRAIS DA PARTÍCIPE

<b>Denominação</b> MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO			<b>CNPJ</b> 02.304.470/0001-74	
<b>Endereço</b> Rua Procurador Antônio Benedicto Amancio Pereira, n.º 121, Praia de Santa Helena				
<b>Cidade</b> Vitória	<b>UF</b> ES	<b>CEP</b> 29.055-036	<b>DDD/Telefone</b> (27) 3194-4500	<b>E-mail</b> ceaf@mpes.mp.br
<b>Responsável Institucional pela Assinatura do Convênio</b> FRANCISCO MARTÍNEZ BERDEAL				
<b>Matrícula</b>			<b>Cargo/Função</b> Procurador-Geral de Justiça	
<b>Coordenador do Instrumento no âmbito da partícipe</b> HERMES ZANETI JÚNIOR				
<b>Cargo/Função</b> Promotor de Justiça - Dirigente do CEAF			<b>Setor de Trabalho</b> CEAF – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	
<b>Matrícula</b>			<b>E-mail</b> hzaneti@mpes.mp.br; ceaf@mpes.mp.br	



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Diretoria de Projetos Institucionais

3 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

3.1 – TÍTULO DO PROJETO	3.2 – PERÍODO DE EXECUÇÃO	
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA MPES x UFES	<b>Início:</b> A partir da data de assinatura do instrumento	<b>Término:</b> Prazo de 05 (cinco anos)
<b>3.3 – OBJETO DO PROJETO</b>		
<p>O objeto do presente plano de trabalho é a cooperação mútua técnico-didática em relação a ações educacionais e o estabelecimento de mecanismos para sua realização, de interesse comum entre o Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES e o Programa de Pós-Graduação em Direito Processual da Universidade Federal do Espírito Santo – PPGDIR/UFES.</p>		
<b>3.4 – JUSTIFICATIVA DO PROJETO</b>		
<p>O convênio justifica-se pela necessidade de ampliar o acesso à formação acadêmica e jurídica de qualidade, promovendo benefícios econômicos e sociais por meio da integração entre o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). As metas estabelecidas visam, sobretudo, ao compartilhamento de conhecimento, à interiorização das ações educacionais, com a realização de eventos científicos, encontros temáticos e capacitações na modalidade presencial e a distância. Essa abordagem amplia o alcance geográfico das iniciativas, promove o intercâmbio de conhecimentos e contribui para a qualificação dos envolvidos membros e servidores do Ministério Público, Professores e Estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo, atingindo também, quando for o caso de eventos abertos, a comunidade jurídica e o cidadão capixaba, atendendo aos objetivos institucionais e às demandas sociais locais.</p>		

4 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

A cooperação abrange atividades educacionais, em áreas de interesse comum, nas modalidades presencial e a distância, podendo ser disponibilizadas vagas aos cooperados, de acordo com a disponibilidade dos organizadores. As ações educacionais compartilhadas terão seus resultados (número de participantes/capacitados) também compartilhados entre as partes.

5 – ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

5.1 – ATRIBUIÇÕES DA UFES:
<p><b>Listar as responsabilidades e atribuições da UFES:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Os signatários subministrarão seus próprios recursos humanos, materiais e financeiros.</li><li>b) Organizar eventos conjuntos nas áreas de interesse comum</li><li>c) Realizar pesquisas interinstitucionais</li><li>d) Abrir vagas para participação em cursos de curta duração e eventos</li><li>e) Realizar atividades acadêmicas interinstitucionais</li><li>f) Realizar publicações de livros e artigos interinstitucionais</li><li>g) Realizar publicações de livros e artigos interinstitucionais</li></ul>
5.2 – ATRIBUIÇÕES DA PARTÍCIPE
<p><b>Listar as responsabilidades e atribuições da Partícipe:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Os signatários subministrarão seus próprios recursos humanos, materiais e financeiros.</li><li>b) Organizar eventos conjuntos nas áreas de interesse comum</li><li>c) Realizar pesquisas interinstitucionais</li><li>d) Abrir vagas para participação em cursos de curta duração e eventos</li><li>e) Realizar atividades acadêmicas interinstitucionais</li></ul>



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**Diretoria de Projetos Institucionais**

- |   |
|---|
| <p>f) Realizar publicações de livros e artigos interinstitucionais</p> <p>g) Realizar publicações de livros e artigos interinstitucionais</p> |
|---|



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Diretoria de Projetos Institucionais

6 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta	Etapa/Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
Compartilhamento de vagas na realização de atividades educacionais.	Execução imediata após a assinatura do convênio.	Os calendários de eventos abertos ao público serão compartilhados entre o PPGDIR e o CEAF.	Número de vagas.	Percentual a ser estabelecido conforme o evento e disponibilidade.	2025	2030
Eventos específicos de divulgação científica dos resultados das pesquisas do PPGDIR ligados à atividade finalística do Ministério Público.	Execução imediata após a assinatura do convênio.	Eventos a serem realizados um a cada 12 (doze) meses, de forma online. Oportunizar aos professores e egressos do PPGDIR a comunicação dos resultados das pesquisas realizadas.	Número de eventos.	1 evento a cada 12 meses.	2025	2030
Encontros sobre temas avançados de Direito Processual de interesse do Ministério Público.	Execução imediata após a assinatura do convênio.  Realização do primeiro encontro: evento nacional para a comemoração dos 10 anos do Código de Processo Civil, previsto para maio/2025, em cooperação com o TJES e OABES.	Realização de reuniões, cursos, grupos de estudo e pesquisa ou eventos bimestrais para a discussão de temas avançados das diversas áreas do Direito Processual: Civil, Coletivo, Constitucional, Estrutural, Penal, Eleitoral, dentre outros.	Número de encontros.	6 encontros por ano.	2025	2030
Encontros regionais de Direito Processual.	Execução imediata após a assinatura do convênio.	Realização de atividades de divulgação científica e debates de aperfeiçoamento do sistema de justiça mediante a diminuição de assimetrias regionais e transferência de conhecimento, com a realização de eventos conjuntos entre Ceaf/MPES e UFES no interior do ES.	Número de encontros.	Pelo menos 01 encontro por ano.	2025	2030

7 – PLANO DE APLICAÇÃO

NÃO HAVERÁ TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ENTRE OS PARTICÍPIES.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Diretoria de Projetos Institucionais

8 – APROVAÇÃO

Vitória (ES). 29 de Janeiro de 2025.

**FRANCISCO MARTÍNEZ BERDEAL**  
Procurador-Geral de Justiça do MPES  
Representante da partícipe

**EUSTAQUIO VINICIUS RIBEIRO DE CASTRO**  
Reitor da Ufes  
Representante da partícipe

**HERMES ZANETI JÚNIOR**  
Promotor de Justiça e Dirigente do CEAF/MPES  
Coordenador da execução do plano de trabalho no âmbito  
da Partícipe

**CLAUDIO IANNOTTI DA ROCHA**  
Coordenador do Programa de Pós-graduação stricto  
sensu em Direito Processual (PPGDIR)  
Coordenador da execução do plano de trabalho no  
âmbito da UFES





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
CLAUDIO IANNOTTI DA ROCHA - SIAPE 3044755  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito Processual Civil  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito Processual Civil - PPGDIR/CCJE  
Em 11/02/2025 às 11:23

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link: <https://api-lepisma.prod.uks.ufes.br/arquivos-assinados/1075539?tipoArquivo=O>